

Capítulo 3

TEORIZANDO A OPRESSÃO

- 1- Quem é o inimigo?
- 2- Onde ele se localiza?
- 3- Tem suporte exterior? – tropas? (...)
- 4- Onde estão reunidas suas forças? (...)
- Que armas empregam?¹

Ti-Grace Atkinson, feminista estadunidense, formula essas questões (com linguagem militar) em 1969, procurando responder um comentário que lhe foi endereçado: “O movimento de mulheres é o primeiro na história com uma guerra em curso, mas, sem inimigos”.² Qual seria o inimigo? – pergunta. A “sociedade”, “as instituições”? A autora questiona se tais respostas não seriam meros dispositivos para escamotear a verdadeira resposta, “os homens”. Ao abordar a questão, ela constata uma “ausência de análise feminista”, identificando, como um dos grandes desafios do movimento emergente, uma análise política de classe.³

A ideia dessa ausência compõe uma narrativa bastante difundida no movimento que ganha corpo a partir de meados dos anos 1960, exprimindo quer o desconhecimento dos movimentos anteriores, quer uma tentativa de demarcação em face dos mesmos. As tentativas de demarcação em relação ao movimento feminista anterior são recorrentes. “Naquele tempo”, satiriza a feminista inglesa Germaine Greer, “gentis senhoras da classe-média clamavam por reforma. Agora mulheres pouco gentis da classe média reclamam revolução”.⁴ Na França, Anne e Jacqueline contrapunham a falta, no feminismo precedente, de uma “ideologia radical” que atacasse os nós do problema: a sexualidade e a família⁵ ao um “novo feminismo” (francês), que combate os problemas “específicos da opressão feminina”.⁶

¹ ATKINSON, Ti Grace. *Le féminisme radical. Déclaration de Guerre* [avril 1969]. In: *Odyssée d'une amazone*. Paris: Des femmes, 1974, p.66.

² *Ibidem*, p. 63.

³ *Ibidem*, p. 64.

⁴ GREER, Germaine. *A mulher eununco*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971, p.13.

⁵ Anne e Jacqueline. D'un groupe à l'autre. *Partisans* n.54-55, juillet-octobre 1970, p.201.

⁶ *Ibidem*, p. 203.

Essa lógica de ruptura/demarcação explica a ideia do “ano zero” da libertação das mulheres entre as francesas. Independentemente da polêmica gerada por essa ideia⁷, o fato é que podemos encontrar, em diversos textos, a perspectiva de que o movimento estava criando algo absolutamente novo, que implicava não somente uma nova forma de fazer movimento, mas também novos conceitos, novas teorias, um novo prisma.

Teorizar uma questão pressupõe a existência de um problema. A dominação das mulheres foi, durante muito tempo, uma não questão: “Não há um problema da mulher” repete-se insistentemente. A isso, muitas feministas responderam, expondo o sujeito dessa enunciação: “Exato: para os opressores não há nunca o problema do oprimido”.⁸ As queixas do oprimido são neutralizadas, na mesma medida em que seu objeto é naturalizado na vida cotidiana e nas análises teóricas: “Para o opressor, não há opressão, claramente, mas um fato da natureza”.⁹ Desnaturalizar esse “fato natural”, possibilitar que ele assumia o estatuto de *problema*, convertendo-o em uma questão política, constituiu um elemento fundamental do feminismo que emerge naquele momento.

Considerando que as teorias existentes eram incapazes de verbalizar as questões relacionadas à opressão das mulheres, diversas foram as tentativas de formular, nomear e teorizar, de exprimir, por meio de novas palavras e novos conceitos, o que na linguagem dos dominantes era inexprimível. Esse movimento de subversão conceitual constituiria parte fundamental da ação: “Nomear é revelar e revelar já é agir”¹⁰, afirmam. Teoria e prática não eram concebidas como duas questões desvinculadas, mas como reciprocamente implicadas: a primeira deveria servir ao movimento, dar respostas às questões que emergiam, *pensar a revolução*.

Mas o ato de teorizar por parte dos oprimidos não era um processo evidente. Para aquelas/es tradicionalmente desprovidas/es do verbo, a “teoria” aparece, muitas vezes, como um privilégio daqueles que dominam, “verborragia sacerdotal daquelas que são dominantes”, aquilo que “sai da cabeça e da boca daqueles que dispõem da força (instrumentos, armas

⁷A ideia de um ano zero da libertação das mulheres foi frequentemente criticada por indicar um desconhecimento das mobilizações anteriores. Entretanto, esses movimentos não era absolutamente desconhecidos. O texto de Anne e Jacqueline “D’un groupe à l’autre” publicado justamente nesse número de *Partisans* que reivindicava o ano zero menciona diversos nomes e ideias de feministas que as antecederam. Esta ideia parece indicar muito mais uma tentativa de demarcação que desconhecimento do passado.

⁸ *L’Idiot International*, juillet-août 1970.

⁹ ROCHEFORT, Christiane. Définition de l’opprimé . In: SOLANAS, Valerie. *SCUM. Le premier manifeste de la libération des femmes*. Paris: Nouvelle société Olympia, 1971, p.7.

¹⁰ *Ibidem*, p.53.

concretas, polícia, exercito) e da comida (salários, terras, bens)”¹¹ e que constitui um instrumento de opressão. Para aquelas/es tradicionalmente providos do verbo, as elaborações dos oprimidos são frequentemente desqualificadas como pouco teóricas, excessivamente políticas, panfletárias. Elas não são vistas como “linguagem”, mas como “barulho”¹², como afirma Guillaumin. O *saber* produzido pelo movimento feminista foi, frequentemente, desvalorizado como pouco elaborado, não teórico, descritivo ou pouco consistente. Desacreditado no campo acadêmico, esse *saber* foi também, muitas vezes, considerado não-legítimo e marginalizado no campo militante da esquerda.

Essas teorizações implicavam uma crítica dos *saberes* estabelecidos e do seu pretense caráter neutro. “Que algumas análises possam se passar por neutras e puramente objetivas é um efeito da dominação”¹³, afirma Guillaumin. A pretensa neutralidade da ciência e seu “viés” masculino foram denunciados desde o princípio pelo movimento. Nesse sentido, a questão do uso de teorias já existentes se impõe. Seria possível usar contra a opressão das mulheres um conhecimento que a pressupõe? Delphy destaca também que uma interpretação feminista da história deve conduzir a “considerar as produções intelectuais como produtos de relações sociais e considerar estes últimos como relações de dominação”.¹⁴ Essas posições seriam o ponto de partida para uma crítica feminista da ciência elaborada de maneira mais ampla anos depois.

A entrada dos “minoritários”, dos “oprimidos”, ou, para usar uma linguagem mais corrente nos dias atuais, dos “subalternos” na teoria provocou não somente uma diversificação, uma multiplicação de questões, mas uma subversão de perspectiva. “Ruptura epistemológica”, “ano zero” da liberação das mulheres, “revolução do conhecimento”¹⁵ diversas foram as tentativas empreendidas pelo movimento para nomear a subversão provocada pelo feminismo no campo teórico.

Para Delphy, por exemplo, o “feminismo-ponto de vista teórico” deveria visar uma “revolução do conhecimento”¹⁶ cujo fundamento seria a crítica a um pensamento em termos de essência. Guillaumin considera que a contestação radical da ideia de essência

¹¹ GUILLAUMIN, Colette. Femmes et théories de la société: Remarques sur les effets théoriques de la colère des opprimées. [1981]. In: GUILLAUMIN, Colette. *Sexe, race et pratique du pouvoir*. Paris: Côté-femmes, 1992, p. 219.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem, p.222.

¹⁴ DELPHY, Christine. Pour un féminisme matérialiste [1982]. In: DELPHY, Christine. *L'ennemi principal 1*. Op. cit., p. 262.

¹⁵ DELPHY, Christine. Pour un féminisme matérialiste. Op. cit., p.269.

¹⁶ Ibidem, p.269.

promovida por grupos oprimidos teria provocado uma transformação de uma concepção de mundo “teológica”.¹⁷ Desses grupos surge a ideia de que tudo é histórico e por isso não é eterno e é passível de mudança. A afirmação do caráter histórico e, portanto, mutável da opressão foi um passo fundamental para diferentes grupos oprimidos e foi a base da reflexão de diferentes vertentes do pensamento feminista.

Para Wittig a “consciência da opressão” não se limitaria a uma reação contra a opressão mas implicaria uma “total reavaliação conceitual do mundo social, sua total reorganização conceitual a partir de novos conceitos elaborados do ponto de vista da opressão”, que ela chama de “ciência da opressão, a ciência feita pelos oprimidos”.¹⁸ Esse tipo de crítica epistemológica foi um elemento fundamental na reflexão das “feministas materialistas”.

Por fim, vale recordar que o próprio sentido dado à “teoria” seria objeto de reformulações. Para diferentes setores do movimento feminista, particularmente para autoras que compõem o núcleo central deste trabalho, a teoria passa a ser concebida como algo a ser elaborado pelos próprios oprimidos, rompendo com a separação entre um grupo que “fabricaria” a teoria e outro a quem caberia “escutar e colocar em prática”. Essa divisão, para Christine Delphy, seria antifeminista¹⁹, uma negação de um princípio básico do “novo feminismo” segundo o qual qualquer mulher tem tanto a dizer sobre sua situação de mulher quanto qualquer outra.²⁰

Apesar de todas as barreiras para seu desenvolvimento, esse movimento de subversão teórica foi bem-sucedido em provocar transformações radicais na forma de conceber alguns dos problemas. Em pouco mais de dez anos, “entre o panfleto e a descrição sistemática, entre a análise e o projeto político”, os textos produzidos pelo movimento “modificaram a percepção do que chamamos de sexo”, fazendo surgir um “debate teórico naquilo que era um deserto”²¹, como afirmaria Guillaumin em 1981. É essa produção, particularmente dos primeiros anos do movimento, que constitui o centro deste capítulo.

¹⁷ GUILLAUMIN, Colette. Femmes et théories de la société [1981]. Op. cit., p. 238.

¹⁸ WITTIG, Monique. On ne naît pas femme [1980]. In: WITTIG, Monique. *La pensée straight*. Paris: Éditions Amsterdam, 2007, p. 51.

¹⁹ DELPHY, Christine. Pour un féminisme matérialiste. *L'Arc*, n.61, 1975, p. 54.

²⁰ *Ibidem*, p. 55.

²¹ GUILLAUMIN, Colette. Femmes et théories de la société [1981]. Op. cit., p.225.

Teoria feminista

Desde os primeiros textos do movimento, pode-se perceber uma preocupação não somente com a ideia de teorizar a opressão, mas também com o significado de teoria e as condições de sua produção na perspectiva de sua relação com um movimento prático de luta contra a opressão. O que é teoria? Esta deveria partir da experiência? A teoria deve preceder a prática militante ou deve ser um resultado da mesma? Seria possível usar os instrumentos do “senhor” para destruir sua própria casa²²? Essas são algumas questões que aparecem em panfletos, introduções de textos e publicações do nascente movimento.

“Cada oprimido deve tomar consciência da sua opressão e tomar em mãos sua própria luta. É a primeira condição da revolução. E a teoria emergirá da prática”, lemos na introdução de *Partisans* (Libération des femmes. Année zero).²³ A ideia de que só o oprimido poderia teorizar sua própria opressão é recorrente nos textos do movimento. Ela não somente atribuía um *privilegio epistemológico* àquelas diretamente concernidas, como implicava que “fazer teoria” não constituía uma atividade altamente especializada, reservada a um grupo específico, as intelectuais.

Esse processo deveria partir da própria experiência da opressão e não de teorizações já existentes, como afirmam amplos setores do movimento. Em “Pour les féministes révolutionnaires” lemos: “Como todos os oprimidos, partimos de nossa opressão e não de teorias existentes”.²⁴ As feministas revolucionárias afirmam não procurar referências “inicialmente nos textos mas nos fatos. Nossa referência é experiencial”²⁵. Encontramos em diversos textos a recusa a “aceitar análises já prontas” ou a continuar a ser um “post-scriptum” de teorias marxistas, um apêndice das teorias já elaboradas. Para algumas, a novidade em gestação do movimento feminista deveria desdobrar-se em um processo de elaboração teórica completamente original:

Não podemos aceitar análises prontas. Tomemos o direito de colocar tudo em questão a partir de uma ótica nova: a nossa (...) Eu gosto do movimento de libertação das mulheres porque este ainda está por ser criado.²⁶

²² Audre Lorde. Apud DORLIN, Elsa. *Sexe, genre et sexualités: introduction à la théorie féministe*. Paris: PUF, 2008, p. 79.

²³ QUELQUES MILITANTS. Présentations. In: *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p.3.

²⁴ [Panfleto] Pour les féministes révolutionnaires BMD.

²⁵ [Panfleto] Pour les féministes révolutionnaires BMD.

²⁶ J'aime le mouvement de libération des femmes. *Torchon Brûle*, n.1, s.d. (maio de 1971 segundo Françoise Picq. *Libération des femmes...* Op. cit., p.144).

A elaboração teórica deveria orientar-se para aquilo que, na experiência das coisas, se torna visível para “uma ótica nova”, “a nossa”. A possibilidade de “erros teóricos”, que acompanha qualquer atividade cognitiva, é considerada menos “grave” do que o impedimento dessa emergência incisiva do novo:

Cometeremos ‘erros teóricos’, não tem problema, o que importa é colocar o dedo na ferida porque a luta de classes e tutti quanti, nós a encontraremos de uma maneira ou de outra se esta tem a ver com a realidade, não? ²⁷

Considera-se que a teoria não deve ter seu fundamento em si mesma, mas nesse fundo “experiencial” que decorre da própria agência em seu confronto com a realidade: “Se as teorias estão nas coisas, nos as encontraremos necessariamente”²⁸. As categorias teóricas devem ser validadas a partir do real, que neste caso, remete à experiência de opressão vivida pelas mulheres.

Mais do que em teorias pré-existentes é, portanto, a partir de uma opressão vivida que uma nova teoria deveria ser formulada. Nesse sentido, cabem aqui alguns comentários sobre a “criação de consciência” e a possibilidade de teorização.

Dentre as atividades usadas para essa “tomada de consciência” destaca-se a formação de grupos de autoconsciência, como procuramos mostrar no capítulo anterior. Esse tipo de atividade seria um modo, para muitas feministas, de “tomar consciência política da nossa opressão, quebrar as barreiras culturais que nos separam”. A “tomada de consciência” seria “a pedra angular do Movimento de Libertação das Mulheres”.²⁹ Num sentido similar, Juliet Mitchell descreve um “processo de transformação dos temores secretos individuais da mulher até alcançar um grau de consciência que torne possível compartilhar seu significado como problema social”, numa transformação do doloroso em político.³⁰ As vivências individuais poderiam ser percebidas como parte de uma condição social e histórica comum.

O objetivo dessas atividades, para Sarachild, autora de um dos textos fundadores dessa prática, seria “despertar em nós mesmas e nas outras mulheres, numa escala de massa, uma consciência de ‘classe’”³¹. Num texto traduzido pelas feministas revolucionárias para dar subsídios a esse tipo de atividade, esse processo é descrito da seguinte maneira:

²⁷ A nous la parole. *Le torchon brûle – L’idiot international*, décembre 1970, p.4.

²⁸ [Panfleto] Pour les féministes révolutionnaires. BMD

²⁹ Féministes Révolutionnaires. *Torchon brûle* n.5, s.d., p.10 [data aproximada: primeiros meses de 1973].

³⁰ MITCHELL, Juliet. *La Liberación de la Mujer* Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p.65.

³¹ SARACHILD, Kathie. Un programme pour ‘l’éveil d’une conscience féministe’. In: *Partisans* n.54-55, julho-agosto de 1970, p. 6.

Quando cada mulher traz o seu depoimento, o grupo faz generalizações. Ainda que cada uma das nossas experiências seja individual, a opressão toma formas similares. A generalização ajuda a descobrir essas constantes na experiência das mulheres. Rapidamente num grupo de mulheres, começa-se a ter uma ideia clara dos mecanismos da opressão.³²

Esse tipo de experiência poderia ocorrer no seio desses grupos de autoconsciência, mas também nas atividades cotidianas de militância. O objetivo era “analisar sua própria experiência de mulher e confrontá-la com a de outras mulheres”, o que seria “uma das atividades mais frutuosas que podemos ter no momento”³³, afirmavam algumas militantes em 1970.

Tratava-se, portanto, de um tipo de atividade fundamental para a politização do privado. Diferentemente do feminismo majoritário da chamada “primeira onda”, que tinha como pauta principal consignas específicas, restritas à esfera pública, tal como o direito ao voto e acesso à educação, a “política” ganhou um sentido mais amplo para diversos setores do movimento que se estrutura no período em questão. A política feminista não poderia se limitar à crítica a algumas instituições e leis discriminatórias, mas deveria culminar numa crítica radical de todo um sistema e suas manifestações mais cotidianas. Beauvoir expressa essa ideia do seguinte modo:

A luta antisexistista não é somente dirigida como a luta anticapitalista contras as estruturas da sociedade, tomadas no seu conjunto: ela se lança a cada uma de nós, naquilo que nos é mais íntimo e que nos parece mais certo. Sua contestação chega até aos nossos desejos, até às formas de nosso prazer. Não recuemos diante dessa contestação; além do rompimento que ela provocará em nós, ela destruirá alguns de nossos entraves, ela nos abrirá a novas verdades.³⁴

A politização do privado não era, como afirma Hartman, feminista estadunidense, uma forma de proporcionar bem-estar às mulheres, não era uma “lamentação neurótica de mal-ajustadas”, mas uma forma usada por setores do feminismo radical de explicitar uma “realidade social e política na qual as mulheres são sistematicamente dominadas, exploradas e oprimidas”.³⁵

Essas atividades, ao permitir uma “tomada de consciência”, constituía também um momento de formulação teórica, como afirma Sarachild: “Nossos sentimentos nos conduzirão

³² Féministes Révolutionnaires. *Torchon brûle* n.5, s.d., p.10 [data aproximada: primeiros meses de 1973].

³³ JK Les militantes ... In: *Partisans Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p. 150.

³⁴ BEAUVOIR, Simone de. Preface. In: *Les femmes s'entêtent*. Paris: Gallimard, 1975, p.13

³⁵ HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism. In: SARGENT, Lydia.(org.) *Woman and Revolution: the unhappy marriage of Marxism and feminism*. Boston: South and Press, 1981, p. 13.

à nossa teoria, nossa teoria a nossa ação, nossos sentimentos para essa ação a uma nova teoria e, em seguida, a uma nova ação”.³⁶ É partindo da própria experiência pessoal e confrontando-a com a de outras mulheres que poderia emergir uma teorização sobre essa opressão. A “experiência” é, concebida, assim, como momento central do empreendimento teórico.³⁷ Não se trata, portanto, da ideia de uma consciência imposta do exterior, por um grupo que deteria os elementos dessa conscientização mas de um processo que se construía a partir de trocas de experiências entre indivíduos que compartilhavam uma opressão.

Sarachild considerava que toda teorização prévia sobre as mulheres seria inadequada e somente as próprias mulheres poderiam ser *especialistas* genuínas na questão³⁸. Essa ideia constituiria um ponto de ruptura em relação às teorizações anteriores, num processo similar à passagem da escolástica à ciência “‘estudar a natureza, não os livros’ e colocar todas as teorias à prova da prática viva e da ação”.³⁹

Essa questão suscitou muitos debates. Como afirmam algumas daquelas que participaram dessas discussões, havia, de um lado, a ideia de que “devemos olhar para nossa própria experiência e criticar todas as outras ideologias anteriores” e, por outro lado, a ideia que devemos de que devemos “olhar para a história” e “aprender o que as outras pessoas”.⁴⁰

Nos primeiros anos do MLF, pelo menos no que explicitam os textos a que tivemos acesso, predomina essa visão de um primado experiencial na produção do conhecimento. Esse primado, desde que questiona a soberania das teorias existentes, está em estreita relação com a crítica *total* que uma parcela do feminismo pretende promover. Assumir a experiência da opressão como ponto de partida para a teoria implicava subverter o que antes era concebido em termos de essência, de condição, de “problema” e romper com a separação entre um aspecto “prático” e outro “teórico”.

Não aceitamos rejeitar o aspecto prático em benefício somente do aspecto teórico. Estas são categorias artificiais criadas pela sociedade do macho [mâle] e que não têm nenhum sentido para as mulheres dado que não nos é nunca permitido pairar muito tempo nas ‘alturas’ da teoria ou dos grandes sentimentos, é do nosso corpo que se trata aqui.⁴¹

³⁶ SARACHILD, Kathie. Un programme pour l'éveil d'une conscience' féministe. *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p. 66.

³⁷ Mas essa centralidade não é uma característica somente do feminismo. Bronner evoca, de forma crítica, uma visão, que permearia a nova esquerda estadunidense, segundo a qual a prática seria o critério de verdade. BRONNER, Stephen. La nouvelle gauche: une expérience socio-culturelle. *L'homme et la société*, n.93, 1989.

³⁸ ECHOLS, Alice. *Daring to be bad ...* Op. cit., p. 84.

³⁹ *Ibidem*, p.84.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ COLLECTIF. *Maternité esclave*. Paris: Union Générale d'éditions. Paris, 1975, p. 6.

Os slogans do movimento deveriam também partir de questões que afetavam diretamente a vida cotidiana das mulheres. A crítica ao sistema seria um resultado de uma reflexão e de um trabalho político e não o ponto de partida:

Nós evitamos começar por slogans do gênero: “Abaixo o capitalismo podre”. Esse tipo de reflexão deve ser o resultado de uma tomada de consciência que se faz não a partir de fórmulas inicialmente vazias mas a partir de problemas diretamente vividos. “Abaixo o capitalismo podre” deve ser uma conclusão e não uma introdução. Além disso, esse tipo de agressividade é, geralmente, inútil.⁴²

Já na primeira publicação coletiva, o número de *Partisans*, há uma crítica ao projeto de formular rapidamente uma teoria “livresca”, emprestada de outros. Neste momento da luta, afirmam algumas militantes, um dos maiores riscos seria “sob o pretexto de esclarecer ideias confusas de racionalizar de forma forçada o que é, por ora, relativamente inapreensível”. O movimento não teria interesse em elaborar ortodoxias:

Nós não varreremos os obstáculos que nos encobrem o espírito colocando desde o princípio um quadro teórico, livresco e tomado de empréstimo de outros (...) Não me interesse, por ora, elaborar uma teoria marxista ortodoxa da libertação ‘da mulher’ porque nós estamos no nível zero da nossa luta.⁴³

No número especial de *Partisans*, questionamentos sobre a teoria atravessam a introdução do volume. Já nas primeiras linhas, ressaltam-se a “dificuldade de promover uma análise política justa” e os “limites de toda análise realizada com os meios que dispomos atualmente”.⁴⁴ Ao recusar uma grande parte das teorias e conceitos existentes, as feministas tinham que forjar novos instrumentos teóricos. Mas, ao mesmo tempo, a urgência da luta impedia, para algumas, esperar a formulação de uma teoria bem elaborada para levar a cabo o combate feminista:

Esperando encontrar quais são as ‘posições justas’, a história, a opressão, a luta continuam. Os opressores têm menos pressa que os oprimidos. Os privilegiados de classe, de raça, de sexo, eles podem aprimorar a análise teórica antes de adotar uma prática.⁴⁵

O tempo para uma elaboração teórica mais consistente seria um privilégio do qual os oprimidos estariam excluídos, em razão da urgência da luta, que deveria ser conduzida

⁴² Dans les quartiers: du 18^{ème}. *Torchon brûle* n.3, s.d., p.5 [data aproximada: final de 1971 ou início de 1972].

⁴³ J.K. Les militantes... *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p. 145.

⁴⁴ QUELQUES MILITANTS. Présentations. *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p.3.

⁴⁵ Ibidem, p.3.

mesmo que os instrumentos teóricos fossem ainda insuficientes. A partir dos documentos, podemos captar a presença de algumas ideias que só seriam desenvolvidas teoricamente anos depois. Como afirma Adriana Piscitelli, o movimento tinha que lidar, na prática, com algumas questões que demoraram para ser elaboradas conceitualmente.

Embora algumas militantes, como Delphy, considerassem que uma teoria coerente era fundamental para dar subsídios a uma prática adequada⁴⁶, predomina nos escritos que analisamos aqui a ideia de que deveria se partir da prática e pouco a pouco o movimento formularia seus próprios conceitos e ideias. Para compreender esses debates, é preciso também situá-los em relação a uma crítica direcionada ao movimento que o acusava de ser pouco teórico e de fornecer uma justificação teórica consistente para sua existência.

Logo após a publicação de um número especial da revista *Partisans*, um outro número da mesma revista, bem menos conhecido, com um dossiê de textos sobre a libertação das mulheres foi publicado⁴⁷. Esse número, segundo Jean-François Godchau, militante da *Ligue Communiste*, único homem que participou da confecção do número anterior, teria surgido de uma reação diante da “improvável confusão que reina nas nossas fileiras quanto aos problemas políticos e organizacionais colocados pela libertação das mulheres”.⁴⁸ Diversos textos publicados nesse dossiê teriam esse mesmo tipo de crítica. Mas podemos encontrar essa posição em diversas outras publicações de esquerda, particularmente nos comentários de livros publicados pelo movimento.

Sylviane Mercier, em *Foire à la libération* (1971), critica o movimento pela sua “incapacidade em fixar uma perspectiva clara de campanha ideológica, política e de se dotar de armas teóricas elementares que lhe permita assumir”.⁴⁹ Gabriel Glazoumov, no jornal *Politique Hebdo* (1972), evoca um “vácuo teórico surpreendente”⁵⁰ em relação ao *Livre de l’oppression des femmes* publicado naquele mesmo ano. Numa das raras resenhas de livros feministas publicadas nesse período numa revista acadêmica importante, a *Revue Française de Sociologie*, Yvon Bourdet ressalta já nas primeiras linhas a falta de “elaborações teóricas explícitas” no mesmo livro supracitado e considera que “a análise sociológica dos condicionamentos é excessivamente negligenciada”.⁵¹ O MLF, continua, não deveria “se

⁴⁶ Ver DUPONT, Christine. L’ennemi principal Op. cit., p. 158.

⁴⁷ *Partisans* n.57, jan.-fev. 1971.

⁴⁸ GODCHAUD, J.F. Introduction: de nouveau sur la libération des femmes. *Partisans* n.57, jan.-fev. 1971, p. 64.

⁴⁹ MERCIER, Sylviane. La foire à la libération. *Partisans* n.57, jan.-fev. 1971, p.39.

⁵⁰ GLAZOUNOV, Gabriel. “Des opprimées oppressantes». *Politique Hebdo* n.29, 18 de maio de 1972, p.20.

⁵¹ BOURDET, Yvon. Le livre de l’oppression des femmes. *Revue française de sociologie*, n.13-4, 1972, p.581.

contentar com explosões de revolta”, “ele deve *pensar uma revolução* ”.⁵² Claude Alzon, num livro inteiramente dedicado ao movimento feminista, afirma que esperava um “esforço particular” de teorização por parte do movimento, mas que, ao contrário, este privilegiaria a propaganda a “analisar honestamente a situação das mulheres”.⁵³ Ainda nesse linha, Godchaud pergunta: “Qual linha, qual estratégia, quais táticas, qual reflexão, quais objetivos persegue, define, utiliza o MLF?”.⁵⁴

Era como se o movimento tivesse que, primeiro, justificar teoricamente a necessidade da sua existência para, posteriormente, elaborar uma prática adequada para só então agir. Mas, essa crítica à falta de “teoria” escondia na verdade uma outra questão, uma crítica de fundo à própria existência do movimento feminista. Para diversos setores de esquerda, não haveria justificativa *teórica* para a existência de um movimento autônomo de mulheres. Se o fim da opressão feminina estava diretamente vinculado ao fim de uma sociedade de classes, não haveria razão para separar essas duas lutas: “Sejamos simplista porque é necessário: Porque a luta pela ‘emancipação’ da mulher? É imaginável separá-la da luta pela emancipação do conjunto do proletariado?” questiona Mercier.⁵⁵ Para Yvon Bourdet a “revolta das mulheres” deveria aparecer não como “guerra de sexos” mas, como um elemento da “guerra de classes”.⁵⁶ “Em nenhum caso, a contradição antagônica não se situa, no momento atual, entre homens e mulheres mas entre exploradores e explorados no quadro do capital”.⁵⁷ Para Michèle Douérin, “a luta de classes é a melhor propedêutica para a luta das mulheres”.⁵⁸ Essa dissolução da opressão feminina nas relações de classe é recorrente em diversas vertentes da esquerda e seria alvo de duras críticas por parte do movimento feminista. As tentativas de dar “lições ao movimento” seriam igualmente criticadas.

Em *Partisans* (Libération des femmes), algumas já se posicionavam contra esses “revolucionários” que olhavam para o movimento se perguntando “se o movimento de libertação das mulheres tem por base posições justas antes de ser contra ou a favor”. Trata-se de um “falso revolucionário”,⁵⁹ afirmam. Para Delphy, as tentativas de dar “lições” ao movimento por parte dos homens são numerosas. A autora escreve um texto sobre esses

⁵² Ibidem, p.582.

⁵³ ALZON, Claude. *La femme potiche et la femme bonniche. Pouvoir bourgeois et pouvoir mâle*. Paris: Maspero, 1973, p.15.

⁵⁴ GODCHAUD, J.F. Introduction: de nouveau sur la libération des femmes . Op. cit., p.65.

⁵⁵ MERCIER, Sylviane. La foire à la libération . Op. cit., p. 41.

⁵⁶ BOURDET, Yvon. Le livre de l’oppression des femmes . Op. cit., p.582.

⁵⁷ ROLLE, Christiane; ZAGNOLI, Nello. Partisans. Libération des femmes 1970 [resenha]. *L’homme et la société*, vol. 19, n° 1, 1971, p.221.

⁵⁸ DOUERIN, Michèle. Madame Bovary, la ménagère, le M.L.F. *Partisans*, n.68, nov.-dez. 1972, p. 24.

⁵⁹ QUELQUES MILITANTS. Présentations. *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p. 3.

“nossos amigos”, “partidários masculinos da libertação das mulheres” que entre outras coisas pretendem substituir as mulheres e impor “sua concepção da libertação”.⁶⁰ Esse mesmo tipo de postura, de “aconselhamento”, afirmam, seria inaceitável se fosse feito em relação a negros, populações do Terceiro Mundo, palestinos: “Eles não ousariam jamais subentender que esses oprimidos são ‘ao mesmo tempo juízes e réus’, enquanto os opressores seriam apenas ‘juízes’”.⁶¹

Como nomear a opressão?

Você diz que não existem palavras para descrever nosso tempo, você diz que elas não existem. Mas lembre-se. Faça um esforço para se lembrar ou, na ausência de delas, *invente*.⁶²

“Condição feminina”, “problema feminino”, “questão das mulheres”, “melhoramento feminino”, “emancipação” constituem parte do vocabulário utilizado até o final dos anos 1960 para caracterizar uma situação de subordinação vivida pelas mulheres ou uma reação a esse estado de coisas. O MLF provocaria uma reviravolta, abandonando um léxico considerado como pouco apropriado para teorizar, em novos termos, a libertação das mulheres.

Nas publicações dos primeiros anos do movimento, é possível acompanhar essas “experiências” e tentativas de formular um novo glossário feminista. Algumas delas ganhariam posteridade, outras seriam rapidamente abandonadas. Partiu-se muitas vezes de termos já existentes, como, por exemplo, patriarcado, expandidos ou ressignificados para abrigar uma carga semântica nova, ou de teorias consolidadas, que foram, por sua vez, modificadas ou subvertidas para explicar outras realidades. O uso de analogias foi abundante, embora sempre entremeada de dúvidas e ressalvas. As mulheres seriam como os “servos”, “escravos”, colonizados ou sua situação seria mais próxima da classe operária? Seriam um “terceiro mundo no mundo ocidental”⁶³? Elas formariam uma classe, uma casta, um grupo

⁶⁰ DELPHY, Christine. Nos amis et nous. Les fondements chachés de quelques discours pseudo-féministes [1977]. DELPHY, Christine. *L'ennemi principal* 1. Op. cit., p. 160.

⁶¹ Ibidem, p. 162.

⁶² “Tu dis qu'il n'y a pas de *mots* pour décrire ce temps, tu dis qu'il n'existe pas. Mais souviens-toi. Fais un effort pour te souvenir. Ou, à défaut, *invente*”. WITTIG, Monique. *Les Guérillères*. Paris: Les éditions de Minuit, 1969, p.127.

⁶³ Pourquoi je suis dans la lutte des femmes. *Le torchon brûle – L'idiot international*, décembre 1970, p.16.

oprimido? Estariam submetidas a uma forma de “alienação”, a uma “opressão”, a uma “exploração”?

Todos esses experimentos conceituais desenham apostas e caminhos teóricos perseguidos pelo movimento em algum momento e por alguns de seus sujeitos. Neste item, gostaríamos de esboçar algumas considerações acerca dos caminhos teóricos trilhados pelo movimento, particularmente nos seus primeiros anos, ressaltando as mudanças, hesitações e reformulações que marcaram esse processo.

O conceito de “alienação” é fundamental nos anos 1960 e aparece com frequência nos materiais do FMA. Para Noiriél, “alienação” seria o conceito-chave dos anos 1968. Como afirma Bronner, em relação aos EUA, a noção era “abstrata e mal definida” no conjunto da nova esquerda. Para a maior parte, a alienação seria um “incômodo geral” com a ordem existente.⁶⁴ Entre usos mais cautelosos à vulgarização do termo, há uma distância enorme. Mas todos eles confluem para a noção de uma “despossessão”, como afirma Haber⁶⁵.

Como exemplo da força dessa ideia em tal contexto, podemos citar o posfácio do livro de Memmi *L’homme domine*. Ele escreve este texto logo após os eventos de maio-junho de 1968 e analisa brevemente suas implicações as de novas formulações teóricas que emergiam para suas próprias análises:

O fenômeno que chama hoje nossa atenção pode parecer totalmente inédito e temos o prazer em insistir sobre essa novidade absoluta. Não se trataria mais da dominação de um grupo de homens sobre outro grupo de homens mas da alienação do homem moderno em geral, do homem da civilização industrial, em breve acompanhado por toda humanidade, dado que parece ser este o destino geral.⁶⁶

Mas, para Memmi, essa concepção não poderia conduzir a um “velamento dessas diferentes opressões” pois “mesmo no seio da civilização industrial, a questão permanece: quem é realmente oprimido e em benefício de quem?”⁶⁷. Não se trataria, conclui Memmi, de um debate puramente teórico, mas, de uma questão com “consequências práticas consideráveis”.⁶⁸

O termo pode ser encontrado em alguns textos do FMA como sinônimo de “opressão”. Podemos encontrá-lo também em alguns textos iniciais do o MLF, mas, este

⁶⁴ BRONNER, Stephen. La nouvelle gauche: une expérience socio-culturelle . *L’homme et la société*, n.93, 1989, p.55.

⁶⁵ HABER, Stéphane. *L’aliénation: vie sociale et expérience de la dépossession*. Paris: PUF, 2007.

⁶⁶ Posface. In: MEMMI, Albert. *L’homme dominée...* Op. cit. p. 219.

⁶⁷ Ibidem, p. 220-221.

⁶⁸ Ibidem, p.221.

desaparece pouco a pouco de seu léxico. Nicole-Claude Mathieu apresenta um dos seus textos num congresso sobre o conceito de alienação⁶⁹, numa mesa sobre alienação feminina na qual o termo é usado praticamente como sinônimo de “opressão feminina”. A categoria “opressão” assume esse lugar.

O termo “opressão” já está presente no FMA mas tornar-se-ia central no MLF. Foi um recurso usado não somente pelo movimento feminista, mas, por um conjunto de outros grupos que emergem na cena política nesse contexto para caracterizar formas de dominação que não se resumiam à exploração econômica, assim como “minoritários” e “dominados”. Esses termos foram usados como um grande guarda-chuva sob o qual se reuniam múltiplas formas de desigualdades. Nesse quadro, os negros e outros racializados, as mulheres, os colonizados foram considerados *oprimidos*.

Albert Memmi, no final dos anos 1960, faz um exercício importante nesse sentido. Em *L’homme dominé* procura traçar um perfil dos oprimidos, que, apesar das diferenças, teriam traços comuns:

Sabíamos que todos os oprimidos se assemelhavam, o colonizado, o judeu, o pobre, a mulher, para além dos seus aspectos individuais e de suas histórias específicas, eles têm semelhanças: todos eles estão submetidos ao jugo, que deixa traços análogos nas suas almas e imprime um esquerdizamento similar nas suas condutas. O mesmo sofrimento pede frequentemente os mesmos gestos, as mesmas crispações interiores ou os mesmos trejeitos, as mesmas angústias ou as mesmas revoltas.⁷⁰

O autor já havia tematizado a situação de judeus e colonizados, mas inova ao incluir um capítulo sobre negros, assim como sobre as mulheres e as “domésticas”. Em relação ao colonizado, o autor afirma que o “aspecto econômico” da colonização é fundamental, mas, “não determinante”. Essa caracterização parece servir para o conjunto dos oprimidos. Não era possível explicar a opressão de negros, mulheres e colonizados somente a partir da relação capital-trabalho. Mas, como uma reunião de artigos publicados ao longo dos anos 1960, o livro, embora lance a ideia de um retrato dos oprimidos, não a aprofunda teoricamente.

O conceito teria um papel fundamental no MLF. Christine Delphy, num texto de 1975, considerava essa noção como a base de toda reflexão do movimento. Para a autora, a renovação do feminismo coincide com o uso da categoria “opressão”. Diferentemente do

⁶⁹ Para os anais do congresso, ver: GABEL, Joseph; ROUSSET, Bernanrd et. al. *L’alienation aujourd’hui*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

⁷⁰ MEMMI, Albert. *L’homme dominée...* Op. cit., p.24.

termo “condição feminina”, preso a uma explicação naturalista, a uma realidade física e não modificável, o termo opressão “remete a um arbitrário, a uma explicação e a uma situação política”.⁷¹ Essa categoria implica uma ideia de dominação estrutural. Essa dominação não se confunde com a estrutura econômica. Ela perpassa a sociedade como um todo. Nesse sentido, o conceito de “opressão das mulheres” implica uma expansão do conceito de “política” e uma ruptura com a dicotomia privado-público. Esse termo, conclui Delphy, “é a base, o ponto de partida de todo estudo e toda perspectiva feminista”.⁷² Partir da “opressão das mulheres” constituiria uma “revolução epistemológica”.⁷³

Mas, a insuficiência explicativa do conceito parece ter sido alvo de algumas críticas. Numa resenha de 1972 na *Revue Française de Sociologie*, Yvon Bourdet argumenta que o conceito é mais descritivo do que analítico, desenvolvendo uma abordagem mais concentrada nos efeitos do que nas causas do fenômeno e, por isso, atribuindo ao movimento de liberação uma fundamentação moral:

Ao utilizar o termo ‘opressão’, entende-se que se trata de um fenômeno histórico injusto que deveria e poderia não existir. Descreve-se ‘consequências’ certamente inadmissíveis, mas quais são as causas? (...) O movimento de libertação das mulheres parece ter notadamente por fundamento os valores morais de justiça e igualdade. Ele se vincula mais à Kant que à Marx.⁷⁴

Esse tipo de crítica explicita o quanto a articulação de uma teoria *materialista* da opressão era considerada uma necessidade para certos setores de esquerda naquele contexto. É em parte em resposta a esse tipo de crítica que se desenvolveram algumas tentativas de explicar em termos econômicos a opressão feminina que serão abordadas no capítulo 5.

O uso do conceito de opressão seria acompanhado por uma série de outros, orientados para captar a “especificidade” da opressão *das mulheres*. Nos primeiros panfletos e textos curtos publicados, os termos “patriarcado”, “racismo” e “chauvinismo macho” (*chauvinisme mâle*) fazem suas primeiras aparições. Analogias com a servidão e a escravidão são abundantes nesse momento.⁷⁵

Em “*Combat pour la libération de la femme*”, a opressão é pensada em termos de servidão, exploração, colonização. O texto começa com uma epígrafe que reproduz os

⁷¹ DELPHY, Christine. Pour un féminisme matérialiste [1975]. *L'ennemi principal...* Op. cit., p. 272.

⁷² Ibidem, p. 272.

⁷³ Ibidem, p. 277.

⁷⁴ BOURDET, Yvon. Le livre de l'oppression des femmes. Op. cit., p. 581.

⁷⁵ Ver: panfletos “Solidarité avec les femmes em greve aux USA les 26 et 27 aout » e o texto *Contre le terrorisme male L'idiot international*, juillet-aout 1970.

verbetes “servo” e “servidão” do *Dictionnaire Robert*. Mas, já no primeiro parágrafo, outra analogia é evocada: “Nós, desde tempos imemoriais, vivemos como um povo colonizado dentro do povo”.⁷⁶ Pouco depois, as mulheres aparecem como “os verdadeiros servos da História”, para, em seguida, figurar como uma “classe oprimida”: “Somos a mais velha classe oprimida”. Todas essas analogias nos remetem a uma situação de subordinação representada no último degrau de uma escala: as mulheres seriam os servos dos servos, os colonizados, os proletários dos proletários. Tais termos são usados mais como símiles (na forma do “como se”) do que como conceitos, sendo manejados alternadamente para referir-se a um território semântico compartilhado por eles.

Em “Contre le terrorisme mâle” (Contra o terrorismo macho), com data de julho-agosto de 1970, evoca-se o termo “racismo” para referir-se a um “sistema opressor”: “Nosso sexo é oprimido e é submetido a um racismo, nossa luta é, portanto, política”. Os homens são apresentados como “os produtos e os instrumentos do sistema capitalista e patriarcal”. Evoca-se também a luta “contra o chauvinismo macho”.⁷⁷

Em agosto de 1970, num panfleto distribuído naquela que é considerada a primeira aparição pública do movimento, a deposição de uma coroa de flores no monumento do Arco do Triunfo, em solidariedade à greve das mulheres nos EUA, fala-se de “escravidão pelo sistema patriarcal (submissão ao pai e ao marido), suporte fundamental da exploração capitalista”.⁷⁸ A explicação logo após o uso do termo “patriarcado” mostra que não se tratava de um conceito evidente.

Como se vê, as analogias são frequentes nos textos iniciais do movimento e procuravam chamar a atenção e denunciar uma opressão que não era considerada como tal. Estes mostram também a falta de termos para nomear e conceituar uma série de questões que o movimento fazia vir à tona. Elas eram, sobretudo, um instrumento de denúncia e não constituíam necessariamente conceitos elaborados e com definições precisas. Em muitos contextos são usadas como sinônimos, sem a necessidade de especificar as diferenças que recobrem os diversos tipos de “opressão” ou ‘exploração”:

Elas são um terceiro mundo no mundo ocidental. Como os negros nos EUA elas são em servidão (...) como eles estão contaminados pela imagem que o senhor fez delas mesmas, para seu benefício. Enquanto mulher, sinto-me obrigada (não obrigo ninguém) a se engajar numa luta anti-imperialista (anticolonialista).⁷⁹

⁷⁶ Wittig, Monique et. al. *Combat pour la libération de la femme*. Op. cit, p.16.

⁷⁷ *Contre le terrorisme mâle*. *L'idiot internationale*, julho-agosto 1970.

⁷⁸ [Panfleto] *Solidarité avec les femmes en grève aux USA les 26 et 27 août*. BMD.

⁷⁹ *Porquoi je suis dans la lutte des femmes*. *Le Torchon brûle*, décembre 1970, p. 16.

Trata-se também de uma estratégia de legitimação diante de uma esquerda que insistia em desconsiderar essa questão. A esquerda é acusada de considerar o sexismo como um problema menor em relação à luta anti-imperialista e antiracista. Em diferentes contextos, o movimento denunciaria essa hierarquização:

Quando as mulheres se reúnem para analisar sua própria experiência é porque elas são doentes – quando são camponeses chineses ou guerrilheiros guatemaltecos, eles são revolucionários.⁸⁰

Anne e Jacqueline consideram o movimento feminista como “um movimento de libertação”, e desta forma, teriam o “direito ao mesmo respeito que os outros movimentos de libertação”.⁸¹ Encontramos esse tipo de crítica em diferentes momentos ao longo dos anos 1970. A recusa a considerar a luta das mulheres como legítima e o sexismo como um problema real aparece explicitamente em alguns discursos.

Voltando às analogias, cabe se referir àquela que se expressa pela autodenominação de movimento de libertação, a qual alinha o movimento feminista com os movimentos de descolonização e com o movimento negro. O uso desse nome indica a intenção de identificar-se de algum modo com esses movimentos. Em alguns textos, o pertencimento a esse conjunto mais amplo de “movimentos de libertação” é explicitamente reivindicado, ao lado do reconhecimento da influência desses movimentos para a construção do “problema da nossa opressão”:

É o desenvolvimento das lutas anti-imperialistas, aquelas dos povos de cor contra o domínio do homem branco ocidental que nos permite colocar o problema da nossa opressão em nível ideológico (...) Nossa luta é parte integrante de todos os movimentos de libertação.⁸²

Para Christine Delphy, as lutas de libertação nacional foram o “paradigma mais importante” e foi fundamental para essa geração.⁸³ O movimento seria parte de um conjunto de outras lutas contra a opressão e a exploração, uma luta pela libertação dos “povos”. Liliane Kandel, no mesmo sentido, afirma:

O MLF carregou muito tempo a marca desses modelos – e às vezes ainda o carrega nos dias atuais, mesmo se as relações de dominação colonial não tenham relação com a dominação masculina. Mas, à época, dizer que as

⁸⁰ La Révolution fera le ménage. *L'idiot international*, juillet-aout 1970.

⁸¹ Anne e Jacqueline. D'un groupe à l'autre. *Partisans*. Op. cit., p.200.

⁸² *Torchon Brûle*, n.1, s.d. [maio de 1971 segundo Françoise Picq. *Libération des femmes...* Op. cit., p.144].

⁸³ Delphy, p. 198.

mulheres eram “o povo dentro do povo”, um “povo oprimido”, era bastante comum.⁸⁴

Opressão seria o termo mais consensual, mas, para algumas, tratar-se-ia de uma forma de “exploração”, no sentido marxista do termo. O termo “exploração” foi muito utilizado para caracterizar a extorsão do trabalho doméstico no seio da família, considerada por algumas como a base da opressão feminina. Outras considerariam que analogias com outras formas de dominação anteriores ao sistema capitalista seriam mais apropriadas. Fala-se de escravidão, servidão. Guillaumin propôs o conceito de “sexagem”, um termo em francês em estreita relação com servidão (*servage*) e escravidão (*esclavage*). A analogia com a ideia de “povo” como afirma Kandel⁸⁵, foi também bastante utilizada.

Essas analogias já eram empregadas muito antes do surgimento do movimento, mas com uma finalidade diferente. Engels considera as mulheres como proletários dos proletários. Lenin fala em escravidão doméstica. Beauvoir, dentre outras feministas, comparava a situação vivida pelas mulheres à dos negros e judeus.

A ideia de que as mulheres estariam submetidas a um sistema de “escravidão” é corrente no movimento. No hino do MLF, cantado até os dias atuais nas manifestações feministas francesas, as “mulheres escravas” são conclamadas a se rebelarem contra esse estado de coisas:

De pé mulheres escravizadas
Rompamos nossos grilhões
De pé! De pé!

Além do paralelo com a escravidão, o racismo servia de modelo para pensar e nomear o que as mulheres sofriam. As mulheres, assim como os negros, teriam um “substrato físico” com referência ao qual se constituiu uma relação de opressão. Essa analogia foi particularmente utilizada no contexto estadunidense, por razões históricas. Para Dunbar, “a escravidão dos africanos no sul antes da guerra de Secessão é a analogia mais evidente que podemos estabelecer com os estatuto de casta das mulheres”.⁸⁶ Diversas outras autoras apontariam para tal semelhança, que se refere a um processo de “biologização” de grupos.

⁸⁴ KANDEL, Liliane. *Genération MLF* (entrevista feita por Margaret Maruani e Nicole Mosconi). *Travail, genre et sociétés*, n.24, 2010/2, p.12

⁸⁵ KANDEL, Liliane. *Les femmes sont-elles un peuple ?* In: HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire (org.). *Femmes, Nations, Europe: Nationalismes et internationalismes dans les mouvements de femmes en Europe*, Paris, Publications de l'Université Paris 7-Denis Diderot, collection CEDREF- Colloques et Travaux, 1995 .

⁸⁶ *Ibidem*, p. 51.

De modo similar, em *Partisans*, afirma-se: “Na verdade, existe entre o negro e a mulher uma congregação da opressão: tanto um como o outro não podem escapar a uma identificação física imediata e não existe possibilidade de mudar sua condição de negro ou de mulher”.⁸⁷ Colette Guillaumin, como veremos no capítulo 5, mostra como a naturalização da diferença seria um elemento comum da opressão das mulheres e outros grupos racializados. Em ambos os casos, uma “marca biológica” é usada para justificar uma opressão, ou, para usar termos da reflexão posterior de Guillaumin, uma relação social de dominação, de força, de exploração, aquela que dá origem à ideia de “natureza”, é considerada (em uma inversão) como produto do objeto que sofre essa dominação.⁸⁸

O racismo foi duramente criticado no pós-guerra, após o Holocausto, e pensar a situação das mulheres em analogia com os negros permitia imaginar a diferença biológica como algo que não deveria implicar consequências sociais, tornando possível pensar a mudança social e a construção social dessa diferença. Em diversos textos iniciais do movimento, encontramos uma posição antinaturalista e analogias com o racismo. As latino-americanas que publicavam *Nosotras* fazem, por exemplo, uma clara vinculação entre os dois:

SEXISTA é a palavra equivalente à racista, que atribui a um indivíduo (por causa de suas características específicas, raciais ou sexuais) um comportamento pré-estabelecido e irreversível. Assim, o negro “é violento”, o judeu é “avaro”, o homem é “racional”, a mulher é “intuitiva e emocional”.⁸⁹

Constata-se que as militantes recusam a atribuição aos indivíduos, a partir de características físicas, sexuais ou raciais, um comportamento inato. O essencialismo biológico é considerado um apanágio do sexismo e do racismo e, por isso, rejeitado. O objetivo de uma parte do movimento seria justamente superar essa ideia de mulher baseada na biologia.

No início do movimento, o próprio termo “racismo” foi empregado para caracterizar a situação vivida pelas mulheres: “Nosso sexo é oprimido e sofre um racismo, nossa luta é, portanto, política”⁹⁰, afirmava um desses textos precursores. No primeiro número do jornal *Le torchon brûle*, encontramos igualmente o uso do termo: “Eu constateei um

⁸⁷ QUELQUES MILITANTS. Présentations. *Partisans* (Libération des femmes. Année zero), n.54-55, julho-outubro de 1970, p.4.

⁸⁸ GUILLAUMIN, Colette. Race et nature... Op. cit.

⁸⁹ Danda e Mariza. Feminismo. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

⁹⁰ *L'Idiot International*, juillet-aout 1970.

racismo dos homens a meu respeito”.⁹¹ Mas, o termo “sexismo”, concebido como um “racismo contra as mulheres” foi rapidamente substituindo o uso do termo “racismo”.

Em “Combat pour la libération”, o termo sexismo aparece como uma invenção das feministas estadunidenses: “As americanas, que começavam sua luta de libertação, chamam ‘sexismo’ a segregação na qual somos mantidas. Como o racismo, o sexismo é bem implantado na ideologia da classe dominante que somente uma tomada de poder radical poderá destruí-lo”.⁹² O termo surge, segundo Shapiro, no final dos anos 1960 nos EUA e sua criação é atribuída a Vanauken, como afirma um jornal do movimento *No More Fun and Games*:

Vanauken suggests... that we use the word ‘sexism’ rather than male chauvinism or male supremacy. A sexist, then, is a person who promotes sexism. We thank Vanauken for giving our movement this important word which so clearly expresses the syndrome we are fighting.⁹³

Nos EUA, esse termo vinha frequentemente acompanhado do termo racismo em títulos como “Sexism is no less vile than racism or capitalism”, de Ellen Willis, dentre outros. O termo era usado como sinônimo de “chauvinismo masculino” mas dava a este um sentido mais sistêmico, estrutural.⁹⁴

Na França, o termo ganharia rápida difusão. Após algumas primeiras utilizações, os termos “racismo” e “chauvinismo masculino” praticamente desaparecem do vocabulário feminista francês, cedendo lugar à ideia de “sexismo” e de “patriarcado”. O termo “machisme” e “machiste” era pouco empregado. Naty Guadilla, num texto de 1974⁹⁵ explica até mesmo a tradução de “machismo” por “machisme” e propõe uma definição, um indício do emprego marginal do termo.

Um elemento fundamental na divulgação da categoria sexismo, sobretudo para um público mais amplo, foi a seção de crônicas publicada na revista *Les temps modernes* a partir de dezembro de 1973, intitulada “Le sexisme ordinaire”. Na introdução da primeira crônica, Simone de Beauvoir destaca a necessidade de dar nome a algo cuja naturalização não havia permitido que, até então, fosse nomeado:

⁹¹ Pourquoi je suis dans la lutte des femmes . *Le Torchon brûle. L’idiot liberté*, décembre 1970, p. 16.

⁹² WITTIG, Monique et. al. *Combat pour la libération de la femme* Op. cit. , p. 18.

⁹³ SHAPIRO, Fred. Historical Notes on the Vocabulary of the Women’s Movement. *American Speech*, vol. 60, No. 1, 1985, p. 7.

⁹⁴ MITCHELL, Juliet. *La Liberación de la Mujer* Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p.68-69.

⁹⁵ Guadilla usa o termo machisme para caracterizar uma ideologia sexual de repressão que afetaria especialmente os países latinos e que seria particularmente enraizada na América Latina. GUADILLA, Naty Garcia. *Realité et utopia d’un mouvement de liberation des femmes en Amérique Latine* . *Les temps modernes*, n.337-338, août-sept. 1974, p. 2727.

Um individuo que diante de testemunhas trata outro de ‘negro sujo’ (sale nègre) ou que veicula opiniões insultantes acerca de judeus ou árabes pode ser processado nos tribunais que o condenarão por ‘injúrias raciais’. Mas se um homem chama uma mulher de ‘puta’ publicamente, ou se em seus escritos acusa A Mulher de estupidez, de instabilidade, de debilidade mental, de condutas históricas, ele não corre nenhum risco. A noção de ‘injúrias racistas’ não existe. Um certo número de mulheres, entre as quais eu me incluo, promoveram a criação de uma LIGA DOS DIREITOS DAS MULHERES. Essa associação propõe a si própria muitos objetivos, dentre os quais, o de se opor a todas discriminações contra as mulheres presentes em cartazes, escritos, falas públicas. Exigimos que as ‘injúrias sexistas’ sejam consideradas como uma infração.⁹⁶

Deve-se recordar que houve tentativas de utilizar o termo em sentido diverso, empregando-o para caracterizar investimentos teóricos e políticos que supostamente isolavam a questão das mulheres da luta anticapitalista. Algumas organizações de esquerda mobilizaram o termo “sexismo” com essa finalidade. No Brasil, encontramos esse uso do termo.

Outro conceito de importância capital foi o de patriarcado. Esse conceito não foi primeiramente formulado pelas feministas da “segunda onda”, mas seriam elas que lhe dariam um novo significado. *Grosso modo*, “patriarcado” passou a designar uma formação social na qual os homens detêm o poder. Seria quase um sinônimo para “dominação masculina” ou “opressão às mulheres”, mas, patriarcado ressaltaria a ideia de que se trata de algo sistêmico, estrutural e não relações individuais.⁹⁷ Transferia-se, assim, o problema do nível individual para o coletivo. Além disso, ressaltava-se a especificidade da opressão à mulher e a necessidade de uma luta autônoma especificamente feminista. A primeira formulação nessa acepção é atribuída a Kate Millet, em *Política Sexual*, publicado em 1970. Essa categoria foi rapidamente apropriada por uma parte do movimento, designando, de uma forma geral, um “sistema” a ser combatido. No contexto francês, Christine Delphy é a primeira a conceituá-lo nesse sentido, no texto *L’ennemi principal*. A conceituação desenvolvida por Delphy constituiu uma referência importante para os debates na cena francesa. Como veremos posteriormente, a definição de patriarcado proposta por Delphy partia do trabalho doméstico para analisar a posição específica das mulheres em relação aos meios de produção. O conceito está presente, num primeiro momento, sobretudo nos textos

⁹⁶ BEAUVOIR, Simone. Le sexisme ordinaire. *Les temps modernes*, n.329, décembre 1973, p.1092.

⁹⁷ DELPHY, Christine. Patriarcat. In: HIRATA, Helena. et. al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000.

oriundos das feministas revolucionárias, mas algumas feministas ligadas a setores “luta de classes” também adotam o termo.

O sentido atribuído a esse e outros conceitos variou muito em consonância com a orientação política das feministas e grupos que os formularam. Patriarcado, por exemplo, foi usado para caracterizar um sistema ideológico, um modo de produção ou, simplesmente, um “sistema”, algo que estruturava a opressão feminina. Dada a importância desse conceito, este será abordado no próximo capítulo.

A maior parte das categorias apresentadas neste item diz respeito a conceitos que exprimem uma opressão/dominação comum ao conjunto das mulheres. No próximo item, gostaríamos de explorar uma questão que foi bastante discutida posteriormente, a saber, as outras hierarquias/desigualdades que atravessam a categoria “mulheres”. Ao analisar o contexto do movimento feminista francês dos anos 1970, algumas pesquisas mais recentes têm explicitado criticamente a ausência de uma tematização mais profunda da questão das múltiplas opressões ou até mesmo de convivência com o racismo. Essa crítica envolve até mesmo o uso de analogias com a raça, amplamente usadas pelo movimento como procuramos mostrar. Para Éwamke-Épée e Magliani-Balkacem, no polêmico livro *Les féministes blanches et l'empire*⁹⁸, essas analogias constituíram uma forma de evacuar a “especificidade do estatuto das mulheres não brancas em relação ao resto do movimento”.⁹⁹

Unidade de classe ou múltiplas opressões?

Neste tópico, procuraremos analisar como o feminismo francês analisou a questão das múltiplas dominações. Partiremos de uma categorização das teorias para explicar a dominação proposta por Sirma Bilge.¹⁰⁰

Bilge identifica uma primeira forma de explicar a dominação como uma “perspectiva monista”. Esta considera a existência de uma dominação fundamental da qual decorreriam todas as outras dominações, consideradas “periféricas”. Para as correntes feministas monistas, a dominação principal seria o patriarcado ou a diferença principal, o

⁹⁸ Para uma resposta ao livro, ver o texto de Josette Trat, que foi militante da tendência luta de classes: *Les féministes blanches et l'empire*, ou le récit d'un complot féministe fantasmé. *Contretemps. Revue de critique communiste*. <https://www.contretemps.eu/les-feministes-blanches-et-lempire-ou-le-recit-dun-complot-feministe-fantasmé/>. Consultado em 10 de março de 2015.

⁹⁹ Éwamke-Épée; Magliani-Balkacem. *Les féministes blanches et l'empire*. Paris: La Fabrique, 2012, p. 51.

¹⁰⁰ BILGE, Sirma. De l'analogie à l'articulation: théoriser la différenciation sociale et l'inégalité complexe. *L'Homme et la société*, 2010/2.

sexo, do mesmo modo que, para certo marxismo, seria o sistema capitalista. Apesar das diferenças, esse feminismo e esse marxismo compartilham uma mesma lógica de apreensão da dominação e das relações entre dominação principal, que deve ser combatida, e dominações secundárias, que desapareceriam ou sairiam comprometidas a partir da destruição da primeira.¹⁰¹

Quando o objetivo é interconectar diferentes relações de dominação, um raciocínio analógico é bastante comum. Duas formas principais são identificadas: a analogia por assimilação e uma analogia por recomposição. No primeiro caso, “um torna-se outro”, uma relação (secundária) é pensada como extensão de outra relação (principal), e, em consequência, apresentada como solúvel no contexto da segunda (da relação principal). Mas, como ressalva a autora, nem todo uso de analogia caminha nesse mesmo sentido. Um exemplo desse tipo de posição monista no campo do feminismo é a posição do grupo feminista estadunidense *Redstocking*:

Male supremacy is the oldest, most basic form of domination. All other forms of exploitation and oppression (racism, capitalism, imperialism, etc.) are extensions of male supremacy: men dominate women, a few men dominate the rest.¹⁰²

Uma outra perspectiva é definida como “pluralista”, que concebe a dominação como “aglomeração, uma adição de dominações separadas uma das outras, cujo número pode se estender infinitamente”. Esta perspectiva surge a partir da crítica às teorizações em termos monistas: “Críticas pelo seu ‘esquecimento’ da classe e da raça nas suas análises de gênero, elas decidem então ‘acrescentar’”.¹⁰³

Dentro dessa perspectiva, dois principais modelos podem ser identificados: um modelo aditivo (gênero + raça + classe) e um modelo multiplicativo, que compreende os efeitos da interação entre diferentes “eixos” de dominação. Em ambos, a despeito das diferenças significativas de abordagem, as opressões são pensadas como separáveis, como dominações constituídas de forma independente, ainda que, como no modelo multiplicativo, possam interagir entre si.

Uma terceira perspectiva, identificada como “holista”, busca apreender a diferenciação social como um “sistema complexo possuindo características ligadas a sua

¹⁰¹ Ibidem, p.52.

¹⁰² REDSTOCKINGS. Redstockings Manifesto. Notes from second year... Op.cit., p.113.

¹⁰³ BILGE, Sirma. De l'analogie à l'articulation... Op. cit., p. 56.

totalidade, e propriedades não dedutíveis àquelas de seus elementos”.¹⁰⁴ A questão aqui é pensar a “co-formação” e a “co-construção” das categorias de gênero, raça e classe (ou outras): “Nessa perspectiva holística da dominação, o raciocínio se desenvolve mais em termos de relação constitutiva que em termos de relação analógica ou aritmética”.¹⁰⁵ A análise em termos de “intersecção” é uma das formas de abordagem que surgem dentro dessa perspectiva, procurando oferecer uma análise que não tem por base “categorias preexistentes que se influenciam mutuamente”, mas processos de co-construção.¹⁰⁶ Mas, o vocabulário usado para dar significado a essa “arquitetura dinâmica e complexa” é bastante variado. Bilge apresenta alguns de forma cronológica: “interconectividade de opressões de raça e classe” (interconnectivité des oppression de sexe, de race et de classe) em Bell Hooks; “nexus” em Deborah King; “interseccionalidade” em Crenshaw, e “sistemas de dominação interligados” (systèmes d’oppression imbriqués) e “matriz da dominação” (la matricede la domination) em Patricia H. Collins. Nos EUA, as críticas a uma perspectiva monista provêm, em grande medida, do feminismo negro, a partir da denúncia da marginalização das mulheres negras.

Frequentemente essas diferentes perspectivas são apresentadas de forma cronológica. O feminismo dos anos 1970 seria monista, o dos anos 1980 começaria a tematizar a questão da diferença e, finalmente nos anos 1990, emergiriam perspectivas procurando interconectar essas formas de dominação. Mas, procuraremos complexificar um pouco mais essa narrativa a partir de diferentes tipos de fontes. A análise de documentos produzidos pelo movimento, como panfletos e textos de revistas militantes, possibilita construir uma visão mais nuançada da questão, ressaltando as tentativas de formular teoricamente a existência de outras formas de opressão.

Uma análise dos primeiros materiais produzidos pelo movimento mostra que um elemento fundamental para sua constituição foi a crítica a um certo modelo marxista “monista”. Esse modelo subsumia a “questão feminina” nas relações de classe, considerando o primeiro como parte do segundo. A crítica a essa posição deu origem a diversos outros *approaches* mais ou menos desenvolvidos e a tentativas de formular a questão a partir de novas bases.

Nos textos das feministas revolucionárias, podemos encontrar tentativas de romper com a ideia de “contradição principal e secundária” e com a ideia de que existiria somente uma opressão. O trecho abaixo é bastante elucidativo neste ponto:

¹⁰⁴ Ibidem, p. 59.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 59.

¹⁰⁶ Ibidem, p.61.

Não acreditamos em frentes principais e secundárias, nem em contradições principais e secundárias. Mas há opressão – não – opressões, múltiplas, combinadas, todo mundo simultaneamente opressor e oprimido.¹⁰⁷

Mas, essa ideia coexiste com uma concepção, que aparece em alguns desses textos, de que a opressão feminina seria a opressão “principal e primordial”.¹⁰⁸ Anne e Jacqueline afirmam também nesse mesmo sentido que: “Se queremos definir, a qualquer preço, uma opressão primeira, senão principal, é aquela de um sexo sobre o outro. Ela é duas vezes a primeira: primeira na História da humanidade e primeira para cada indivíduo”.¹⁰⁹

As feministas revolucionárias, num texto intitulado “Pour un groupe féministe révolutionnaire”, que provavelmente constituiu uma chamada para a constituição dessa tendência, identifica-se, de forma esquemática segundo elas próprias, a existência de dois polos no movimento. Um afirmaria que “a luta das mulheres é um aspecto marginal da luta de classes considerada como principal” e uma outra que a luta das mulheres colocaria em questão “todos os aspectos da sociedade global (na qual se insere a exploração de classe), assim como o caráter privilegiado da luta anticapitalista. Dois sistemas de exploração coexistem sendo que o mais antigo determina o outro”.¹¹⁰

À subsunção teórica e prática da opressão feminina nas relações de classe, contrapõe-se a ideia de dois sistemas de opressão em que um, o mais antigo, o patriarcado, determinaria o segundo. Estamos aqui nessa discussão que orbita o modelo “monista”. De um lado, o feminismo revolucionário/radical, com a perspectiva de uma opressão principal e primordial, o patriarcado, e, do outro, alguns setores de esquerda que atribuem à opressão capitalista esse lugar primacial.

O postulado de uma opressão primordial e principal seria a base da crítica de diversos setores de esquerda ao feminismo revolucionário/radical. Este é acusado de desconsiderar as relações de classe ao propor que “a opressão das mulheres não tem nada a ver com a luta de classes. Todas as mulheres são concernidas”.¹¹¹ Além disso, a conceituação de patriarcado é considerada a-histórica. Este sistema deveria ser pensado em relação ao

¹⁰⁷ Féministes Révolutionnaires. *Torchon brûle* n.5, s.d., p.8 [data aproximada: primeiros meses de 1973].

¹⁰⁸ [Panfleto] Pour un groupe féministe révolutionnaire. BMD

¹⁰⁹ ANNIE e ANNE. Luites des femmes et révolution. In: COLLECTIF. *Les femmes s'entêtent*. Paris: Gallimard: Maspero, 1975, p. 279.

¹¹⁰ [Panfleto] Pour un groupe féministe révolutionnaire. s.d. BMD.

¹¹¹ Projets pour la plateforme des groups de quartiers. Bilan: les FÉMINISTES RÉVOLUTIONNAIRES. BMD.

sistema capitalista, ao contrário de outras tendências que não fazem “nenhuma referência à natureza do sistema social” e, nesse sentido, propõem análises “a-históricas”.¹¹²

Além disso, a crítica à noção da autonomia do patriarcado é acompanhada por uma crítica à hierarquização dessas formas de dominação. O *Cahiers pour le comunisme* considera que as tendências do movimento “feministas revolucionárias” e “psicanálise e política” promoviam essa ideia:

Essas duas correntes são muito próximas: elas consideram que a luta de classes é secundária e que é a luta entre os sexos que determina toda a sociedade: o capitalismo seria uma das formas pelas quais reveste o patriarcado: o inimigo é, portanto, o Homem e não o capitalismo.¹¹³

Para Delphy, a relação entre patriarcado e capitalismo (ou entre sexo e classe) figurava mais como uma vontade teórica que algo realmente elaborado e desenvolvido. Uma articulação com a raça não constituía um debate nesse momento. Entretanto, as referências às lutas anti-imperialistas e anticoloniais podem ser apreendidas como uma forma de fazer referência a esse fator. Entre as feministas radicais, encontramos a ideia de uma imbricação entre “capitalismo, patriarcado e imperialismo”, que pode ser interpretado como o “antepassado” da tríade “classe, gênero e raça”:

Patriarcado, Capitalismo, Imperialismo, são um só deus em três pessoas como a Santa Trindade. Seu objetivo é o mesmo: exploração da energia humana e natural com objetivo de lucro.¹¹⁴

A metáfora da Santa Trindade é usada como uma forma de mostrar a intersecção dessas três formas de subordinação. É interessante notar que, embora a questão da raça não seja diretamente tematizada, está presente, de modo subjacente, na discussão do imperialismo.

A estratégia de superação do patriarcado é pensada em relação com outros movimentos existentes. Imaginando um momento avançado da luta, após consolidação das mulheres como uma força política, elas concluem que não cabe nem imaginar pois as condições terão se alterado tanto que seriam necessárias novas análises:

Quando chegarmos lá, as condições objetivas terão sem dúvida mudado drasticamente (lutas das crianças, operários, terceiro-mundo, tomada de consciência dos homens...) e será necessário rever tudo.¹¹⁵

¹¹² *Femmes. Exploitées, opprimées. Osons lutter. Cahiers pour le communisme. N.9 brochura, p.73.*

¹¹³ *Ibidem*

¹¹⁴ [Panfleto] *Pour les féministes révolutionnaires. Amorce de schéma de travail . Fundo Anne Zelensky. BMD*

¹¹⁵ [Panfleto] *Pour les féministes révolutionnaires . Idem.*

Nesse mesmo texto, reflete-se que, se essas opressões se articulam, devem ser combatidas de forma igualmente unificada. As lutas, que devem respeitar a especificidade de cada forma de opressão, devem ser, ao mesmo tempo, “objetivamente solidárias” e “convergentes”: “Seu objetivo comum é derrubar o ‘deus’ sob suas três formas e de estabelecer relações de não-opressão. Todas essas lutas são a luta de classes”.¹¹⁶

Podemos considerar essa uma primeira tentativa de sair do modelo “monista” e um *embrião* da ideia de “consustancialidade” (termo que tem igualmente uma origem religiosa). Mas a crítica a essa visão não as conduz a um modelo aditivo. Vê-se que, embora tentem elaborar a ideia de múltiplas formas de opressão, todas parecem estar subsumidas à opressão de classe. Consideramos, apesar disso, uma primeira tentativa de articular diferentes formas de dominação.

Num outro texto de 1977, “Les féministes radicales face aux élections”¹¹⁷, assinado por diferentes grupos que se reivindicam dentro dessa denominação, podemos perceber uma série de tentativas, num único e curto texto, de formular a questão.

Afirma-se que “a classe das mulheres se situa na verdade na intersecção de todos as redes de poder: mulheres operárias, mulheres imigrantes, crianças-mulheres, mulheres doentes, escolarizadas, prisioneiras, psiquiatrizadas... sofrendo *todas* a opressão patriarcal sob múltiplas formas”. Algumas mulheres, para além da opressão patriarcal, estariam submetidas, além disso, às opressões “capitalista, racial, parental e medical...”.¹¹⁸ O lugar das mulheres teria um papel de “multiplicador” das opressões. Assim, a mulher operária seria mais oprimida que o operário etc. Num mesmo texto, encontramos algumas referências que poderiam indicar um modelo aditivo, mas também multiplicador.

Na prática o movimento teve que se deparar com a questão, particularmente a relação entre patriarcado e capitalismo. A falta de instrumentos teóricos também não constituiu, contudo, um empecilho a ações de apoio e de solidariedade a mulheres de outras nacionalidades e racializadas. Mas, essa solidariedade se fundamentava, sobretudo, na noção de uma “comunalidade” das “mulheres” do que na exploração do espaço que as separava.

As tomadas de posição em relação a essa questão devem ser compreendidas, portanto, no contexto no qual foram elaboradas. É, em primeiro lugar, em resposta a uma absolutização do sistema de classe como única relação social pertinente e à posição de uma

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Les féministes radicales face aux élections. Texto reproduzido em diferentes periódicos. Citaremos aqui aquele publicado em *Le Temps des Femmes*, n.1, 1978.

¹¹⁸ Idem.

grande parte da esquerda que insistia em tudo subordinar à questão de classe que essa posição deve ser compreendida. Nos EUA, como afirma Echols¹¹⁹, a tendência do “feminismo radical” em subordinar classe e raça ao gênero e de falar hiperbolicamente sobre um “sisterhood” universal, foi, em larga medida, àquelas posições presentes na esquerda. Na França, para Lepinard, a necessidade do movimento feminista de emancipar-se de uma extrema esquerda desejosa de colocá-lo sob sua tutela explicaria, em grande medida, por que a categoria “mulheres” adquiriu centralidade estratégica, sendo mobilizada, muitas vezes, sem uma problematização mais profunda de seu significado para a teoria e a ação feministas.¹²⁰ As editoras da revista *Nouvelles questions féministes* faziam, em 1980, uma autocrítica em relação a essa postura: “ocupadas em resistir ao chapeamento (placage) das análises de classe (...) nós privilegiamos os pontos comuns entre as mulheres”.¹²¹

De qualquer modo, é inegável que a ideia de uma categoria “mulheres” produzida por um sistema de dominação autônomo foi fundamental para a autonomização do movimento feminista¹²². Da afirmação da impossibilidade de conceber um “nós” mulheres, por Beauvoir em 1949, à formação de um movimento baseado nessa identidade, muitas foram as reflexões e debates empreendidos e sua importância não pode ser apagada.

¹¹⁹ ECHOLS, Alice. *Daring to be bad: radical feminism in América 1967-1975*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1993, p.10.

¹²⁰ LEPINARD, Éléonore. Malaise dans le concept. Différence, identité et théorie féministe. *Cahier du genre*, n.39, 2005, p.114.

¹²¹ NOUVELLES QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Nouvelles Questions Féministes* n.1, março de 1981, p.12.

¹²² BILGE, Sirma. De l'analogie à l'articulation... Op. cit.